

Partidos deram R\$ 51 milhões do fundo a possíveis laranjas



ATO EM DEFESA DA DEMOCRACIA É REALIZADO EM SÃO PAULO
O quinto ato Direitos, contra a reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL) e em defesa da democracia, reuniu nesta quinta-feira (6) líderes de partidos e políticos na Casa de Portugal, em São Paulo. *Bruno Santos/Folhapress*

Partidos destinaram R\$ 51 mi do fundo a 1.430 potenciais candidatos laranjas

Esquema consiste em inscrever nomes de fachada, que simulam atos de campanha, para usá-los na distribuição de recursos partidários

Lucas Marchesini, João Gabriel e Ranier Bragon

BRASÍLIA Partidos políticos destinaram nestas eleições R\$ 50,6 milhões a 1.430 candidatos a deputado federal que não tiveram nem 300 votos cada. O alto emprego de dinheiro público em campanhas “sem voto” pode indicar candidaturas-laranjas, como ocorreu em 2018. Cruzamento feito pela Folha dos resultados das eleições e da distribuição pelas legendas dos fundos eleitoral e partidário mostra que vários desses casos envolvem mulheres e pessoas que se declararam negras — pelas regras, os partidos devem direcionar verba pública a mulheres e negros na proporção dos candidatos lançados.

O esquema de candidatura laranja consiste em inscrever nomes de fachada, ou seja, que simulam atos de campanha. O objetivo é aparentar o cumprimento da cota de gênero (os partidos devem ter, ao menos, 30% de candidatas) e racial (divisão de verbas equânime entre negros e brancos), ao passo em que, na prática, o dinheiro é desviado para outras campanhas ou outros fins.

Em 2018, a **Folha** revelou que o então partido de Jair Bolsonaro, o PSL, havia organizado um esquema de candidaturas-laranjas para desviar dinheiro público de campanha.

Na ocasião, apesar de figurar entre os 20 candidatos do PSL no país que mais receberam dinheiro público, 4 mulheres tiveram desempenho insignificante: juntas, tiveram pouco mais de 2.000 votos, indicando candidaturas de fachada, onde há simulação de atos de campanha, mas sem empenho efetivo na busca de votos.

Agora, em 2022, o custo médio do voto dos candidatos à Câmara dos Deputados, eleitos não eleitos, ficou em R\$ 21,78 — resultado da divisão dos fundos eleitorais partidários repassados pelo número de votos.

Em relação a um grupo de 100 candidatos com baixíssima votação, porém, cada sufrágio recebido “custou” R\$ 1.000 ou mais. Para 29 desses, o custo foi superior a R\$ 2.000 por voto.

Sebastião Silva se candidatou a deputado federal em Rondônia pelo PP. Ele recebeu

R\$ 2,2 milhões do fundo eleitoral e teve só 570 votos. Até o momento, ele declarou R\$ 1,8 milhão em gastos contratados.

O maior custo foi de R\$ 600 mil para de assessoria e consultoria de marketing eleitoral. Outros R\$ 200 mil foram declarados como gasto com materiais de campanha. Silva disse que não sabe explicar a baixa votação. “Infelizmente essa campanha está tão polarizada em extremismos que o resultado para mim foi uma surpresa. Inclusive candidatos no país inteiro que tiveram milhões de votos em 2018 nesta eleição não fizeram quase nada de votos”, disse.

Sobre os altos valores que recebeu, respondeu que não pediu para ser escolhido e que a ideia do fundo eleitoral é “dar condições de participação a todos, independentemente de ter um sobrenome de peso, de ser rico ou não, de todos terem igualdade na disputa”. Em Roraima, Henrique Matos (Rede), candidato a deputado federal, recebeu R\$ 550 mil de seu partido. Ele se autodeclarou pardo.

Nos dados disponíveis no TSE constam mais de R\$ 160 mil pagos diretamente para 59 pessoas físicas diferentes, a maioria com valores de, no máximo, R\$ 6.000.

No total dos gastos já declarados, Matos incluiu R\$ 41 mil com “atividades de militância e mobilização de rua”, quase R\$ 140 mil em aluguel de carros e combustível e quase R\$ 30 mil com publicidade.

Mesmo assim, as urnas contabilizaram apenas 130 votos. A **Folha** o procurou por meio de mensagens e ligações, mas não conseguiu estabelecer contato.

O PSC do Tocantins cadastrou Gleyci Cosméticos como candidata a deputada federal a poucos dias do prazo final para oficializar candidaturas. No site do TSE, não há o endereço de nenhuma rede social. Ela recebeu R\$ 550 mil de seu partido, mas conquistou pouco mais de 100 votos.

Na prestação de contas, não informou nenhum gasto até agora. A **Folha**, disse que usou a verba para serviços de divulgação e advocacia, e prometeu enviar à reportagem os comprovantes, mas não o fez até a publicação deste texto.

“

Infelizmente essa campanha está tão polarizada em extremismos que o resultado para mim foi uma surpresa. Inclusive candidatos no país inteiro que tiveram milhões de votos em 2018 nesta eleição não fizeram quase nada de votos

”

Sebastião Silva candidato a deputado federal pelo PP em RO que gastou R\$ 1,8 milhão na campanha e recebeu só 570 votos

“

Parte, entre 40% e 50% [do valor recebido], foi repassada a outros candidatos do Pros [durante a campanha]. O restante foi advogado, contador, produção de programas de áudio e vídeo e alguma coisa de material gráfico

Raimundo Nonato da Silva candidato a deputado federal no MA que recebeu R\$ 300 mil e teve 10 votos

Sobre sua candidatura ter sido oficializada perto do prazo final, disse que tinha problemas de documentação, mas interrompeu a ligação sem responder quais seriam.

A candidata Talita Laíla Canal (PL RR) recebeu R\$ 200 mil do fundo partidário do PL e só teve 11 votos. Poucos dias antes da eleição, protocolou na Justiça renúncia à sua candidatura.

Ela declarou gasto de R\$ 50 mil com um escritório de advocacia e outros R\$ 102 mil com materiais e outros itens de campanha. Procurada, Talita não quis se manifestar.

O Pros teve dois candidatos no topo do ranking dos votos mais caros do país.

Raimundo Nonato da Silva se candidatou a deputado federal pelo Maranhão, recebeu R\$ 300 mil do Fundo Eleitoral e teve apenas 10 votos — um custo de R\$ 30 mil por voto.

A **Folha** ele afirmou ter feito campanha normalmente, mas que a partir do momento em que sua candidatura foi indeferida pela Justiça Eleitoral, no final de setembro, passou a orientar seus eleitores a votar em outro candidato.

“Uma parte, entre 40% e 50% [do valor recebido], foi repassada a outros candidatos do Pros [durante a campanha]. O restante foi advogado, contador, produção de programas de áudio e vídeo e alguma coisa de material gráfico”, afirmou.

Já Adriana Moura de Mendonça recebeu R\$ 3 milhões do fundo eleitoral do Pros e teve apenas 240 votos, um custo de R\$ 12.500 por cada um deles. Ela é ex-mulher do ex-deputado e ex-governador do Amazonas Henrique Oliveira (Podemos), que disputou o governo neste ano, mas não se elegeu.

A **Folha** não conseguiu contato com Adriana. Henrique Oliveira negou que o dinheiro tenha sido utilizado em sua campanha ao governo.

“Não houve uso algum do recurso destinado à [campanha da] deputada federal Adriana Mendonça na campanha majoritária do Henrique Oliveira”, disse ele, afirmando que a baixíssima votação da ex-mulher teve origem no racha interno do Pros nacional.

O partido passou os meses anteriores à eleição em uma disputa judicial, incluindo suspeita de tentativa de compra de sentença, o que resultou em um revezamento dos grupos no comando da legenda.

“O Pros ficou totalmente desestabilizado. Houve uma fuga enorme de deputados federais de lá, uma saída em massa. Infelizmente, nessa briga, o nome dela ficou sub judice e acredito que as pessoas não quiseram votar nela, que fez uma belíssima campanha”.

O Pros nacional disse que assumiu o partido às vésperas da eleição já com o planejamento de distribuição de verbas montado pela gestão anterior e que, a partir daí, fez adequações, reduziu valores e priorizou estados em que avaliou haver candidatos com maior potencial.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4